



F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

CNPJ nº 35.742.218/0001-04

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Orleans - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

E

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balço Patrimonial.....	6
Demonstração de Resultados.....	7
Demonstração de Resultados Abrangentes.....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional.....	10
2 Base de Preparação.....	12
3 Principais Políticas Contábeis	13
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	18
5 Clientes.....	18
6 Outros Tributos a Recuperar	19
7 Títulos e Valores Mobiliários	19
8 Imobilizado.....	19
9 Intangível	20
10 Partes Relacionadas e Outras Contas a Pagar	20
11 Fornecedores.....	20
12 Encargos Setoriais a Recolher	20
13 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	20
14 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	21
15 Patrimônio Líquido	21
16 Receita Operacional Líquida	22
17 Custos e Despesas Operacionais	22
18 Resultado Financeiro	23
19 Imposto de Renda e Contribuição Social.....	23
20 Instrumentos Financeiros	24
21 Seguros.....	25
22 Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
23 Eventos Subsequentes	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	27
PARECER DO CONSELHO FISCAL	30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

AOS ACIONISTAS

A Administração da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A., Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. ("F.D.A.") inscrita no CNPJ sob o nº 35.742.218/0001-04, com sede administrativa na Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Orleans - Curitiba - PR, CEP 81.200-240, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como Companhia, em 04.12.2019 e destina-se à geração de energia elétrica.

Em 02.03.2020, a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel GeT") transferiu para F.D.A. a concessão da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto ("GBM" ou "Foz do Areia") através da assinatura de contrato de Concessão junto à Aneel com vencimento em 17.09.2023, mesmo prazo da concessão original. A UHE GBM possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 603,3 MW médios.

Em 03.03.2020 foi solicitado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o enquadramento da usina nos termos do Decreto Federal nº 9.271/2018. A manifestação tem por objetivo possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, condicionada a um processo de alienação do controle da respectiva SPE, de acordo com as prerrogativas do Decreto Federal acima citado, dentro do prazo de até 18 meses antes do vencimento do contrato de concessão.

No ambiente regulatório, comemoramos a promulgação da Lei nº 14.052/2020, que estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. Após a promulgação da lei, coube à ANEEL regulamentar os procedimentos para a repactuação. A resolução definiu a metodologia de cálculo das compensações aos agentes de geração hidrelétrica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), com reflexo direto sobre a F.D.A. Como resultado, deverá ser ampliada a concessão de UHE GBM, afetada pelo deslocamento hidráulico decorrente de geração fora da ordem de mérito, importação, antecipação de garantia física de empreendimentos estruturantes e de restrições de transmissão associadas à entrada em operação das instalações destinadas ao escoamento.

Em 2021, a Copel GeT dará continuidade aos estudos de alienação do controle de sua subsidiária F.D.A., como uma opção à relicitação da UHE GBM, por ocasião do término de sua concessão.

A seguir, são apresentadas as principais informações sobre o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

	2020
Indicadores Contábeis	
Ativo total	652.443
Caixa e equivalentes de caixa	197.067
Títulos e valores mobiliários	11.007
Receita operacional bruta	652.980
Deduções da receita	33.939
Receita operacional líquida	619.041
Custos e despesas operacionais	277.388
Resultado das atividades	341.653
Ebitda ou Lajida	392.761
Resultado financeiro	2.473
IRPJ/CSLL	21.032
Lucro operacional	344.126
Lucro líquido do exercício	323.094
Patrimônio líquido	605.485
Dividendos	306.939
Indicadores Econômico-Financeiros	
Liquidez corrente (índice)	5,8
Liquidez geral (índice)	5,9
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	63,4
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	55,6
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	52,2
Participação de capital de terceiros (%)	7,2

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos à acionista, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 05 de abril de 2021

Thadeu Carneiro da Silva

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Membros MOACIR CARLOS BERTOL
CASSIO SANTANA DA SILVA

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Membros Titulares EDSON JOSÉ MARCOLIN
LUIZ HENRIQUE DE MELLO
NILBERTO LANGE JUNIOR
ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO

Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
LILIAN RENATA DE ANDRADE
ALFONSO SCHMITT
DARIO JACKSON SCHULTZ
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

DIRETORIA

Diretor Executivo THADEU CARNEIRO DA SILVA
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-043819/0-0 RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	197.067	1
Clientes	5	67.161	-
Outros créditos		306	-
Imposto de renda e contribuição social		98	-
Outros tributos a recuperar	6	436	-
		265.068	1
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	11.007	-
Outros tributos a recuperar	6	924	-
		11.931	-
Imobilizado	8	357.141	-
Intangível	9	18.303	-
		387.375	-
TOTAL DO ATIVO		652.443	1

PASSIVO	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	10	502	-
Fornecedores	11	26.828	-
Imposto de renda e contribuição social	6	6.568	-
Outras obrigações fiscais	6	3.439	-
Encargos setoriais a recolher	12	4.046	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	13	2.471	-
Outras contas a pagar	10	2.173	-
		46.027	-
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	207	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	13	724	-
		931	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	406.363	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.2	3.145	-
Reserva legal		16.155	-
Dividendo adicional proposto	15.3	179.822	-
		605.485	1
TOTAL DO PASSIVO		652.443	1

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

Valores expressos em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	619.041	-
Custos Operacionais	17	(274.510)	-
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		344.531	-
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.210)	-
Outras despesas operacionais	17	(1.668)	-
		(2.878)	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		341.653	-
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		2.497	-
Despesas financeiras		(24)	-
		2.473	-
LUCRO OPERACIONAL		344.126	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19		
Imposto de renda e contribuição social		(20.825)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(207)	-
		(21.032)	-
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO		323.094	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

em milhares de reais

	31.12.2020	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	323.094	-
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	323.094	-

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019		-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		1				-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1	-	-	-	-	-	1
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	323.094	323.094
Aumento de capital	15.1	406.362						406.362
Recebimento de adiantamento	15.2		3.145					3.145
Destinação proposta à A.G.O.:								-
Reserva legal		-	-	16.155	-	-	(16.155)	-
Dividendo adicional proposto	15.3	-	-	-	-	179.822	(179.822)	-
Dividendos	15.3	-	-	-	-	-	(127.117)	(127.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		406.363	3.145	16.155	-	179.822	-	605.485

Demonstração dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2020	31.12.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		323.094	-
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Depreciação e amortização		51.108	-
Imposto de renda e contribuição social		20.825	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		207	-
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	13.1	6.074	-
Resultado das baixas do imobilizado	8.1	573	-
		401.881	-
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(67.161)	-
Outros créditos		(290)	-
Imposto de renda e contribuição social		(98)	-
Outros tributos a recuperar		(1.360)	-
		(68.909)	-
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		502	-
Fornecedores		23.933	-
Outras obrigações fiscais		3.439	-
Encargos setoriais a recolher		4.046	-
Pesquisa e desenvolvimento	13.1	(2.879)	-
Outras contas a pagar		2.173	-
		31.214	-
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		364.186	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.257)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		349.929	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(11.007)	-
Aquisições de imobilizado		(17.884)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(28.891)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	14.2	3.145	-
Integralização de capital		-	1
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(127.117)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(123.972)	1
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		197.066	1
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	197.067	1
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		197.066	1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2020

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A. (Foz do Areia, FDA, Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto a geração de energia elétrica, por meio da exploração da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto – GBM (UHE Foz do Areia).

Em 03.03.2020, a Copel GeT se manifestou perante ao Ministério de Minas e Energia pelo enquadramento, nos termos do Decreto Federal nº 9.271/2018, da sua subsidiária FDA. Na mesma data, a SPE assinou junto à Aneel o contrato de concessão para exploração da UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, concretizando a transferência de titularidade da usina. A manifestação tem por objetivo possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos para UHE Foz do Areia, condicionada a um processo de alienação do controle da respectiva SPE, de acordo com as prerrogativas do Decreto Federal acima citado, dentro do prazo de até 18 meses antes do vencimento do atual contrato de concessão, que expira em 17.09.2023. Em março de 2020 ocorreu o aumento de capital na FDA, no total de R\$ 406.362, por meio de transferência de R\$ 382.493 de ativo imobilizado, R\$ 23.853 de ativo intangível e R\$ 16 de outros créditos.

A UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (“GBM” ou “Foz do Areia”) possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 603,3 MW médios.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Porém, a Copel tem acompanhado as projeções da carga de energia e não observa sinais de retração significativos no início de 2021, o que pode vir a ocorrer caso as restrições estabelecidas impactem as atividades industriais e comerciais não essenciais por um longo prazo.

F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2020 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a FDA está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

b) Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09.09.2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados: (i) por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) pelas restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerce seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04, tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC 04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, será reconhecido ao valor justo, em caso de repactuação, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

A compensação aos geradores hidroelétricos, que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, será reconhecida, em caso de repactuação, como um intangível em contrapartida à compensação de custos com energia elétrica.

Em 02.03.2021 a CCEE divulgou os cálculos da repactuação do risco hidrológico e os resultados, que totalizam R\$ 328.307 para a UHE Foz do Areia, foram enviados a Aneel para serem submetidos à análise homologatória. Até a data da publicação destas Demonstrações Financeiras a Companhia ainda não aderiu à repactuação do risco hidrológico, pois a Administração aguarda a homologação pela Aneel dos aproximadamente 347 dias de extensão da outorga da usina para avaliar a possível adesão aos termos da repactuação e renúncia de futuros questionamentos ou ações judiciais em relação aos riscos hidrológicos em questão.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 05.04.2021.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs n^{os} 3.2 e 8 - Imobilizado;
- NEs n^{os} 3.3 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs n^{os} 3.4 e 9 - Intangível;
- NEs n^{os} 3.5 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes
- NEs n^{os} 3.6 - Reconhecimento da receita;
- NEs nº 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia;
- NEs n^{os} 3.8 e 19 - Imposto de renda e contribuição social.

2.5 **Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 **Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Intangível

Parte do ativo foi constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (*Generation Scaling Factor* - GSF). O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual é amortizado linearmente até o final do novo prazo de concessão. Outra parte é composta por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

3.5 Provisões para litígios e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.6 Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Tributos

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

Em 2020 o imposto de renda e a contribuição social foram apurados trimestralmente com base no “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de presunção de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de presunção de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferido.

A partir de 2021 a Companhia adotará a regime de lucro real em decorrência da receita bruta do ano anterior ter superado o limite legal.

3.8.2 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas, quando aplicável, à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS as alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

No regime de lucro real, os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2020

A partir de 1º.01.2020 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- I. CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro (Conceptual framework);
- II. Revisão anual do CPC nº 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8);
- III. Revisão anual do CPC nº 15/2020: alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da “reforma da taxa de juros de referência”;
- IV. Revisão anual do CPC nº 16/2020: alterações no Pronunciamento Técnico 06 (R2), referentes a benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento.

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir de 1º.01.2021 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

- I. Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”;
- II. CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- III. CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- IV. CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- V. Melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2018–2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 37 / IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos; CPC 29 / IAS 41 - Agricultura;
- VI. Alterações no CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- VII. CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4.

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos conta movimento	916	1
Aplicações financeiras de liquidez imediata	196.151	-
	197.067	1

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas a 96% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	31.12.2020	31.12.2019
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	65.041	-
CCEE	2.120	-
	67.161	-

6 Outros Tributos a Recuperar

	31.12.2020	31.12.2019
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	98	-
ICMS a recuperar	436	-
	534	-
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	894	-
Outros tributos a compensar	30	-
	924	-
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	6.568	-
PIS/Pasep e Cofins a recolher	2.587	-
Outros tributos	852	-
	10.007	-

7 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2020	31.12.2019
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI	11.007	-

8 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais para a geração de energia elétrica.

8.1 Mutações do imobilizado

	Saldo inicial - Transferências (NE nº 1)	Aquisições	Depreciação	Baixas	Capitalizações	Saldo em 31.12.2020
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	66.750		(35.066)		42	31.726
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	11.020	-	(2.249)		6.060	14.831
Máquinas e Equipamentos	221.118	-	(8.208)	(202)	63.824	276.532
Terrenos	15.203	-	(35)		-	15.168
Móveis e utensílios	377				-	377
	314.468	-	(45.558)	(202)	69.926	338.634
Em curso						
Custo	68.025	20.779	-	(371)	(69.926)	18.507
	68.025	20.779	-	(371)	(69.926)	18.507
Total	382.493	20.779	(45.558)	(573)	-	357.141

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos no exercício de 2020.

9 Intangível

Em 1º.01.2020	-
Transferências (NE nº 1)	23.853
Quotas de amortização - concessão e autorização	(5.550)
Em 31.12.2020	18.303

10 Partes Relacionadas e Outras Contas a Pagar

O saldo de partes relacionadas refere-se a despesas de pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento celebrado entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas. O saldo de outras contas a pagar é composto principalmente pela taxa de fiscalização da Aneel e compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

11 Fornecedores

	31.12.2020	31.12.2019
Materiais e serviços	5.818	-
Materiais e serviços - O&M - Copel GeT (a)	9.095	-
Encargos de uso da rede elétrica	11.915	-
	26.828	-

(a) Os serviços de operação e manutenção - O&M da usina UHE Foz do Areia são realizados integralmente pela controladora, Copel GeT e totalizaram o montante de R\$ 25.465, registrados na demonstração do resultado do exercício de 2020 na linha de custos operacionais, na rubrica de serviço de terceiros.

12 Encargos Setoriais a Recolher

O saldo provisionado em 31.12.2020 se refere a Reserva Global de Reversão - RGR.

13 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2020
FNDCT	505	-	505
MME	253	-	253
P&D	-	2.437	2.437
	758	2.437	3.195
		Circulante	2.471
		Não circulante	724

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

13.1 Mutação da Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	FNDCT	MME	P&D		Total
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 1^o.01.2020	-	-	-	-	-
Constituições	2.424	1.213	-	2.424	6.061
Juros Selic	-	-	-	13	13
Transferências	-	-	1.714	(1.714)	-
Recolhimentos	(1.919)	(960)	-	-	(2.879)
Em 31.12.2020	505	253	1.714	723	3.195

14 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as a es cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE n  3.5 são atendidos. Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econ micos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2020 a Companhia não apresenta provisões para litígios, bem como não possui passivos contingentes.

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social

No exercício de 2020, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 426.362, conforme ata da 5^a Assembleia Geral Extraordinária, mediante transferência dos ativos vinculados à concessão da UHE GBM de propriedade da controladora, detalhado na NE n  1. O capital social integralizado em 31.12.2020, no valor de R\$ 426.363 (R\$ 1 em 31.12.2019)   composto por 406.363.426 (1 em 31.12.2019) a es ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel Geração e Transmissão S.A.

15.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo de R\$ 3.145, recebido durante o exercício de 2020, deverá ser integralizado até a realização da Assembleia Geral Ordinária - AGO prevista para o mês de abril de 2021.

15.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2020	31.12.2019
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios - 25%		
Lucro líquido do exercício	323.094	-
Reserva legal (5%)	(16.155)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	306.939	-
(1) Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	76.735	-
(2) Dividendos propostos	306.939	-
(3) Dividendo delibberado pelo CAD, superior ao dividendo mínimo obrigatório	127.117	-
(4) Dividendo adicional proposto	179.822	-

16 Receita Operacional Líquida

	31.12.2020	31.12.2019
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	640.179	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	12.772	-
Outras receitas operacionais	29	-
(-) PIS/Pasep e Cofins	(23.833)	-
(-) Encargos Setoriais	(10.106)	-
	619.041	-

17 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2020	31.12.2019
Energia elétrica comprada para revenda	(69.919)	-	-	(69.919)	-
Encargos de uso da rede elétrica	(110.932)	-	-	(110.932)	-
Pessoal e administradores	-	(812)	-	(812)	-
Planos previdenciário e assistencial	-	(46)	-	(46)	-
Material	(121)	(1)	-	(122)	-
Serviços de terceiros	(30.932)	(335)	-	(31.267)	-
Depreciação e amortização	(51.108)	-	-	(51.108)	-
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(1.668)	(1.668)	-
Arrendamentos e aluguéis	(253)	-	-	(253)	-
Outros custos e despesas operacionais	(11.245)	(16)	-	(11.261)	-
	(274.510)	(1.210)	(1.668)	(277.388)	-

18 Resultado Financeiro

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	2.230	-
Outras receitas financeiras	267	-
	2.497	-
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 13.1)	14	-
Outras despesas financeiras	10	-
	24	-
Líquido	2.473	-

19 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2020	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional	652.951	652.951
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%
Base de cálculo	52.236	78.354
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados, liquidas de IOF	1.887	1.887
Ajustes de base	285	285
(=) Base de cálculo	54.408	80.526
Aliquotas vigentes	15%	9%
Adicional	10%	-
Imposto de renda e contribuição social	13.578	7.247
Receita financeira provisionada	609	609
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152	55

20 Instrumentos Financeiros

20.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2020		31.12.2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	197.067	197.067	1	1
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	11.007	11.007	-	-
			208.074	208.074	1	1
Custo amortizado						
Clientes (a)	5	1	67.161	67.161	-	-
Total dos ativos financeiros			275.235	275.235	1	1
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	11		26.828	26.828	-	-
Total dos passivos financeiros			26.828	26.828	-	-

Os níveis de hierarquia para a apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

20.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

20.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação dos passivos financeiros em cada faixa de tempo.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	Total
31.12.2020				
Encargos uso da rede	11.236	678	-	11.914
Fornecedores	12.354	-	100	12.454
Obrigações de compra	2.458	-	-	2.458
	26.048	678	100	26.826

20.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Nomeados	24.08.2021	252.400
Seguro D&O (a)	28.03.2022	129.918

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2020, de R\$ 5,1967.

22 Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

22.1 Transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 406.362, proveniente transferência dos ativos vinculados à concessão da UHE GBM de propriedade da Copel Geração e Transmissão S.A., conforme detalhado na NE nº 1.

Conforme a NE nº 8.1, as aquisições de imobilizado ocorridas em 2020 totalizaram R\$ 20.779. Deste montante, R\$ 2.895 corresponde ao conjunto de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa.

23 Eventos Subsequentes

23.1 Incidente cibernético

Em janeiro de 2021, a Copel tomou conhecimento de que foi exposta a um incidente cibernético em seu ambiente de tecnologia da informação (“TI”) que interrompeu alguns sistemas e afetou parcialmente as operações administrativas da Companhia. A Copel envolveu os principais especialistas, inclusive externos, em segurança cibernética e controles gerais de TI, lançou um esforço abrangente de contenção e remediação e iniciou uma investigação forense. Nas primeiras semanas de fevereiro de 2021, a Copel havia restabelecido todos os seus sistemas administrativos e retomado suas operações em todos os seus negócios.

O incidente cibernético não teve um impacto significativo no desempenho de receita dos negócios da Companhia relativo ao exercício findo em 31.12.2020, apesar de ter resultado em um pequeno atraso no faturamento nos primeiros dias de fevereiro de 2021 decorrentes de medidas preventivas para identificação do alcance do incidente. A despesa incremental incorrida em decorrência do incidente cibernético não foi material, inclusive não foi identificada provisão a reconhecer em 31.12.2020.

Em 1º.02.2021, com mais compreensão sobre o evento ocorrido, a Copel emitiu Comunicado ao Mercado nº 07/21, informando que parte dos seus sistemas estavam indisponíveis de maneira transitória, exceto os sistemas operacionais, que prestam serviços de fornecimento de energia e de telecomunicações, os quais continuaram operando sem interrupções.

A Copel executou procedimentos extensos para validar a exatidão e a integridade das informações e não foi identificado nenhum acesso ao ambiente computacional que concentra os sistemas ERP e de faturamento da Companhia, bem como em pastas e/ou arquivos com presença de dados pessoais sensíveis, de modo que não há nenhuma indicação de que a exatidão e a integridade das informações financeiras tenham sido afetadas como resultado do incidente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas da
F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A.
Curitiba- PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **da F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A.**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial, a demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 14 de abril de 2020 sem modificações.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **F.D.A Vista Geração de Energia Elétrica S.A.** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar **F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A.** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Copel**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Copel**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Copel** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

Curitiba, 05 de abril de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9

Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2020 E SOBRE A PROPOSTA DA
DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2020

Os membros do Conselho Fiscal da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido verificado no exercício de 2020. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor BDO RCS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 05 de abril de 2021

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

EDSON JOSÉ MARCOLIN

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

NILBERTO LANGE JUNIOR

ADRIANO MATTOS DA COSTA RANCIARO